

# *São Vicente em Lisboa: dois protagonistas (leitura histórica de um fragmento musical)*

*Manuel Pedro Ferreira<sup>1</sup>*

São Vicente é padroeiro da cidade de Lisboa desde 1173. A história do seu martírio no início do século IV é bem conhecida. Diácono em Saragoça, foi preso com o velho bispo Valério e levado a Valência, onde ambos foram confrontados com as autoridades romanas. Sendo o bispo pouco fluente no discurso, o diácono teria sido o principal defensor da fé cristã. Julgado e condenado, Valério sofreu o exílio mas Vicente foi sujeito a martírio. Segundo reza a lenda, a sua resistência à tortura teria sido sobre-humana; quando finalmente o corpo cedeu, o cadáver, deixado num pântano para ser comido pelos animais, foi guardado por um corvo. As autoridades recorreram a medidas extremas, lançando-o ao mar, o qual acabou por devolver o corpo à praia, onde foi encontrado por fiéis que lhe deram sepultura. O seu túmulo tornou-se, com o tempo, o centro de um arraigado culto local, que depois se espalhou por outras comunidades cristãs, e acabou por encontrar expressão litúrgica no Santoral de diversos ritos<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Manuel Pedro Ferreira (n. 1959) doutorou-se em Musicologia na Universidade de Princeton (1997), sendo desde 2001 Professor Associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena, desde 2005, o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM). Tem-se dedicado sobretudo ao ensino e à investigação da música da Idade Média e do Renascimento, sem descurar a interpretação musical: dirige desde 1995 o grupo Vozes Alfonsinas, com o qual gravou cinco discos. Como musicólogo, publicou perto de cem artigos científicos e dirigiu vários projectos de investigação. Dos muitos livros que escreveu ou coordenou, citem-se *O Som de Martin Codax* (Lisboa, 1986), *Cantus coronatus* (Kassel, 2005), *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular* (Lisboa, 2009-2010) e *Revisiting the Music of Medieval France* (Farnham-Burlington, 2012). Tem também composto ocasionalmente e exercido com regularidade o ofício de crítico musical. É membro da *Academia Europaea* e da direcção da Sociedade Internacional de Musicologia. Endereço: mpferreira@fcs.unl.pt

<sup>2</sup> CUNHA, Dom Rodrigo da – *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642, ff. 79v-98 (<http://purl.pt/12033>); CASTRO, João Bautista de – *Mapa de Portugal antigo, e moderno*. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763, tomo III, pp. 336, 348-349 (<http://purl.pt/436>); LACGER, Louis de – “Saint Vincent de Saragosse: Universalité du culte de saint Vincent de Saragosse dès le V<sup>e</sup> siècle”. in *Revue d’histoire de l’Église de France*, Tome 13, N<sup>o</sup> 60 (1927), pp. 307-358 (<http://www.persee.fr>); GEARY, Patrick J. – *Le vol des reliques au Moyen Age: Furta sacra*. Paris: Aubier, 1993, pp. 178-179, 195-199; PICARD, Christophe – “Sanctuaires et pèlerinages chrétiens en terre musulmane: l’Occident de l’Andalus (X<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècle)”. in *Pèlerinages et croisades*. Paris: Éditions du Comité des travaux historiques et scientifiques, 1995, pp. 235-247; CONDE, António Linage – “San Vicente mártir, lazo peninsular del Mediterráneo al Atlántico”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: INIC / Centro de História da Universidade do Porto, 1987-1989, tomo III, pp. 1145-1157.

O que sucedeu ao túmulo e às relíquias de S. Vicente em Valência depois da invasão muçulmana é algo sobre o qual as narrativas medievais não estão de acordo. Houve certamente várias tentativas de apropriação dos despojos ou do culto do mártir, dado o poder conferido pela posse de tais relíquias. A tradição que nos interessa aqui é a que alega ter vindo o seu corpo para Lisboa; esta tradição narrativa não se restringiu a Portugal, já que na própria região de origem do diácono, Aragão, um frontal de altar testemunha a sua aceitação popular<sup>3</sup>.

A principal narrativa sobre a invenção das relíquias de S. Vicente, previamente à sua chegada a Lisboa, é a do mestre e depois chantre da Sé Catedral, Estêvão, um contemporâneo dos acontecimentos, por ele registados antes de 1185<sup>4</sup>. A sua narração é, porém, muito sintética, abstendo-se quer de nomear aqueles que tomaram a iniciativa, quer de oferecer quaisquer pormenores sobre o assunto:

[...] bono animo et spiritu acti divino,  
navigia parant, collectisque necessariis,  
maria temptant, pericula superant, et  
ad locum optatum felici navigatione  
perveniunt. Ubi vigiliis et orationibus  
insistentes circa loca presignate terram  
aperiunt corpusque preoptatum post  
multum laborem per divina revelationem  
inveniunt navique desiderabilem  
sarcinam deponentes, cum quibus  
gaudiis, quibus denique gratiarum  
actionibus, quam leti, quam hilares  
redeant, prosequi facile dictu non est.

– [Alguns homens], de ânimo corajoso,  
e movidos por espírito divino, preparam  
uns navios e, levando consigo o  
necessário, aventuram-se ao mar,  
arrostam com os perigos e chegam  
ao lugar desejado sem contratempos.  
Entregam-se a vigílias de oração.  
Desbravam a terra em torno dos locais  
previamente designados e, depois de  
muito trabalho, por revelação divina,  
encontram o corpo tão procurado,  
carregam para o navio o desejado  
depósito e não seria fácil dizer com  
que expressões de alegria e com que  
acções de graças ao Senhor voltam  
de regresso cheios de gozijo.

<sup>3</sup> Frontal de altar em Liesa, Huesca, pintado na segunda metade do século XIII, referido em CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La catedral, el santo e el rey. Alfonso IV de Portugal, San Vicente mártir y la capilla mayor de la Sé de Lisboa”. in *Hagiografía peninsular als segles medievals*. Lleida: Institut de Ciències Polítiques i Socials – Universitat de Lleida, 2008, pp. 73–92. Reproduções: <http://www.liesa.info/frontal.htm>; <http://www.romanicoaragones.com/3-Somontano/990399-Liesa8-DPH.htm>.

<sup>4</sup> *Miracula Sancti Vincentii edita a magistro Stephano sedis Ulixbonensis precentore*. Edições com tradução em português: NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul António – *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1988; NASCIMENTO, Aires Augusto – *S. Vicente de Lisboa: legendas, milagres e culto litúrgico (testemunhos latinomedievais)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2011. Citamos a partir desta última edição.

Uma outra narrativa, oriunda da Flandres e atribuída a um arcediogo também de Lisboa chamado Fernando, é de elaboração tardia, fortemente contaminada pela hagiografia europeia. Tem contudo na sua origem um relato transmitido ao círculo da Condessa Matilde (ou seja, Teresa de Portugal, filha de D. Afonso Henriques), mulher e depois viúva do conde da Flandres, passando talvez pelo círculo do seu sobrinho, que em 1212 herdou o condado. O relato primitivo terá pois sido, no essencial, elaborado antes de 1233<sup>5</sup>. O estilo do texto, tal como nos chegou, é bastante diferente da narrativa de mestre Estêvão: o seu grau de elaboração pode ser ilustrado pelo episódio da chegada das relíquias a Lisboa.

Mestre Estêvão:

Veniunt igitur Ulixbonam et agente deo portus intrantes optatos leto remige litus attingunt onusque sacratissimum piis humeris imponentes e navi deponunt.

– Regressam, pois, a Lisboa e, sob acção de Deus, entram no porto desejado, remam para terra jubilosos e, pondo aos ombros, com piedade, o corpo sacratíssimo retiram-no do navio.

Arcediago Fernando:

– Tandem felici navigatione completa, salvi et integro numero cum sanctissimis martiris reliquiis et suis corvis ingressi sunt clam nocte in civitate. Statim ut dies facta est, iterum pueri magna voce ceperunt clamare dicentes: ‘Sanctus Vincentius venit, Sanctus Vincentius venit’. Priorem enim clamorem fecerant de adventu futuro, hunc autem ultimum de adventu iam facto. Presbiter autem corpus sacrosanctum in domo sua tulit et in quadam arca honorifice deposuit; corvi autem super domum ceperunt gaudentes volitare.

– Finalmente, terminada a venturosa viagem, são e salvos, entraram eles na cidade sem serem notados com as relíquias santíssimas do mártir e com os seus corvos. Logo que se fez dia, de novo as crianças começaram a clamar em voz alta, dizendo “S. Vicente já chegou, S. Vicente já chegou”. O primeiro clamor tinha sido da chegada por acontecer, o actual era da chegada já consumada. Por sua parte, o sacerdote levou o corpo sacrossanto para sua casa e depô-lo num arcaz com todas as honras; quanto aos corvos, começaram a voltejar por cima da casa em sinal de contentamento.

<sup>5</sup> DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente em Portugal (da Idade Média ao século XVI)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. Faro: [s.n.], 2003; versão revista, Lisboa: [s.n.], 2011 (<http://pt.scribd.com/doc/125133247>), pp. 177-189, 207-213; idem – “Ecos da trasladação de S. Vicente para Lisboa, na Flandres”. in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 400-405; CONSTABLE, Giles – “Two Notes on the Anglo-Flemish Crusaders of 1147–1148”. in CONSTABLE, Giles – *Crusaders and Crusading in the Twelfth Century*. Farnham: Ashgate, 2008, pp. 301-309; NASCIMENTO, Aires Augusto – *S. Vicente de Lisboa*, cit., pp. 40-42, 144-157.

Há ainda a registar diferenças notáveis de conteúdo nos dois relatos, a mais evidente das quais é a origem das relíquias: o Cabo de São Vicente, no caso de Estêvão; Valência, no caso de Fernando – possivelmente porque esta localização, correspondendo às expectativas flamengas e de quase toda a Europa, era mais convincente e memorável do que um cabo virtualmente desconhecido no extremo ocidental do continente.

Interessa-nos aqui sublinhar apenas o seguinte: enquanto, no relato de Estêvão, a invenção das relíquias surge como iniciativa colectiva anónima, no relato de Fernando a inspiração, planeamento e concretização da busca, achamento e transporte marítimo das relíquias tem como protagonista central um sacerdote de uma paróquia pobre de Lisboa, que depositou as relíquias em sua casa logo que elas foram retiradas do barco. Ora, segundo Estêvão, o corpo foi num primeiro momento depositado na paróquia de Santa Justa e Santa Rufina, e o seu reitor chamava-se Múnio ou Moniz.

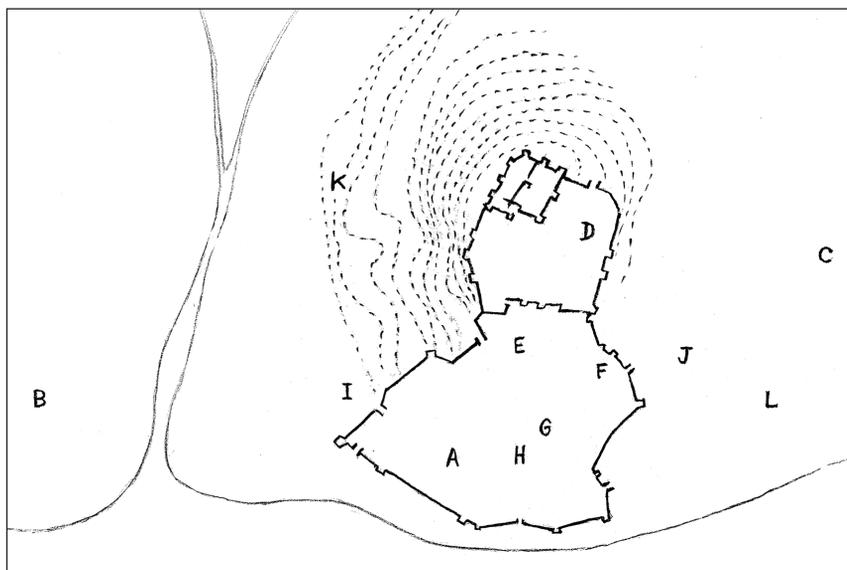
O narrador não atribui especial importância a este facto; mas reconhece a Moniz a posição de intermediário entre a etapa marítima da trasladação, de iniciativa anónima, e a sua etapa urbana, que por iniciativa do deão da Catedral conduziria os despojos do mártir à Sé. Segundo nos conta Estêvão, quando se espalhou a notícia da chegada das relíquias a Lisboa, estas foram reclamadas pelos cónegos de S. Vicente de Fora, o que suscitou oposição e tumulto; foi preciso que o comandante militar restabelecesse a ordem pública, remetendo-se para o rei, ausente em Coimbra, a decisão sobre o destino final a dar ao corpo. O deão, com o acordo do Cabido, decidiu então tomar a iniciativa de negociar a sua transferência para a Sé, antes que o rei pudesse intervir a favor dos concorrentes.

Podemos perguntar-nos porque teriam as relíquias, num primeiro momento, sido depositadas pelos seus achadores em Santa Justa (localização da igreja relativamente à Sé: veja-se **Mapa 1**). Esta não era a igreja mais acessível a partir do rio Tejo; em 1173 era de facto aquela que ficava mais a norte (**Mapa 2**)<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Bibliografia usada: SILVA, Augusto Vieira da – *As freguesias de Lisboa (estudo histórico)*. Lisboa: Câmara Municipal, 1943; MATTOSO, António Gonçalves – *A paróquia: sua evolução histórica e influência civilizadora*. Lisboa: Lumen, 1964; separata de *Lumen* 27 (1963, fasc. VI, Junho 1963, pp. 539-52 [545-550]), 25-30; PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa: da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas, 1975; MARQUES, António H. de Oliveira – “Lisboa”, in MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricas da UNL, 1990, pp. 55-60; idem – “A cidade na Baixa Idade Média”. in MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 89-113; MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, vol. II: *Composição*, 5ª ed. revista e actualizada. Lisboa: Estampa, 1995, p. 247 (Gráfico 23); VARGAS, José Manuel – “As Freguesias de Lisboa e do seu Termo na Idade Média”. in *Olisipo* 2ª série, 17 (2002), pp. 47-66; FIALHO, Manuel – “São Julião: uma freguesia marítima de Lisboa (1147-1294)”. in *Rossio. Estudos de Lisboa*, nº 0 (Outubro de 2012), pp. 8-27.



Mapa 1 – Lisboa na época do Renascimento, segundo BRAUN, Georg – Civitates Orbis Terrarum (pormenor). À esquerda, a Igreja de Santa Justa (nº 84), posição actualmente correspondente às escadinhas que ladeiam, a sul, a loja Pollux (nº 276 da Rua dos Fanqueiros). À direita, a Sé Catedral (nº 79).



Mapa 2 – Localização esquemática das igrejas de Lisboa em 1173  
 Legenda: A – Catedral (Santa Maria), B – Mártires (Santa Maria), C – S. Vicente de Fora, D – Santa Cruz, E – S. Bartolomeu, F – S. Tiago, G – S. Martinho, H – S. Jorge, I – Santa Maria Madalena, J – S. Salvador, K – Santas Justa e Rufina, L – S. Estêvão.

O templo mais perto da foz do Tejo era o dos Mártires; mas ficava no alto de uma colina e não gozava, portanto, de fácil acesso a partir do porto medieval. A igreja mais acessível a quem chegasse por via fluvial era a de Santa Maria Madalena; essa teria sido a escolha lógica para repouso das relíquias vicentinas por parte de quem as tivesse transportado do Algarve, se a questão decisiva fosse a proximidade. Não se tendo escolhido Santa Maria Madalena, alguma razão haveria para se ter subido até Santa Justa. O mais plausível é que os agentes da invenção das relíquias fossem paroquianos de Santa Justa e que a iniciativa tivesse tido, no mínimo, a cumplicidade do seu presbítero.

Ora, na narrativa de Fernando, o principal agente da invenção é um presbítero de uma paróquia pobre de Lisboa. Santa Justa, situada fora de portas, com um termo então predominantemente rural, provavelmente corresponde a essa qualificação<sup>7</sup>. Tudo leva a crer, portanto, que o presbítero anónimo fosse Moniz, pároco de Santa Justa na narrativa de mestre Estêvão. Esta identificação acaba de ser confirmada pela redescoberta do Ofício para a Trasladação de S. Vicente, que foi cantado na Sé e na diocese de Lisboa até 1590.

De facto, em 2010, um fragmento com notação musical, usado para forrar o Livro 843 do Arquivo da Casa da Moeda em Lisboa, chamou a atenção de Margarida Leme e de Margarida Seixas da Cunha; esta última entrou em contacto com o seu orientador de tese, Aires Augusto Nascimento, a fim de analisar o conteúdo. Foi este que identificou no fragmento parte de um Ofício que comemora a trasladação para Lisboa das relíquias do mártir S. Vicente (**Fig. 1**). O texto aí copiado foi editado e publicado em livro, com facsímiles, em 2011<sup>8</sup>.

O recém-descoberto documento é uma tira correspondente à parte superior de um bifólio, por sua vez pertencente a um antifonário. Contém as peças de canto do Ofício (antífonas, responsórios, e um hino). A música é escrita em notação aquitana do tipo mais corrente em Portugal em época gótica, variedade que Solange Corbin apelidou de “notação portuguesa”<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Os elementos históricos posteriores corroboram esta suposição. Em 1190, havia em Lisboa dezassete paróquias, sendo as mais recentes S. João da Praça, S. Pedro, S. Miguel, Santa Marinha do Outeiro e S. Mamede (esta, a meio caminho entre Santa Justa e Santa Maria Madalena). Em 1220, a ocupação urbana em redor de Santa Justa ao longo da encosta ocidental do castelo e até à Mouraria tinha justificado a criação de duas novas paróquias, Santa Maria de Alcamim e S. Lourenço. Isto significa que, a médio prazo, o desenvolvimento urbano na área adjacente não foi capitalizado por Santa Justa. A partir de 1220 (e até 1550), houve 23 paróquias em Lisboa; os seus rendimentos não podem ser comparados antes de 1321, altura em que a população local e o comércio, atraído ao Rossio (incluído na paróquia de Santa Justa), tinham sem dúvida aumentado relativamente ao século anterior. Mesmo assim, os montantes arrecadados por Santa Justa eram então inferiores aos de Santa Maria Madalena, Santo Estêvão e Santa Maria de Alcamim (cf. VARGAS, José Manuel – “As Freguesias de Lisboa”, cit., Quadro I).

<sup>8</sup> NASCIMENTO, Aires Augusto – *S. Vicente de Lisboa*, cit., pp. 63-74.

<sup>9</sup> Sobre a chamada “notação portuguesa”, veja-se FERREIRA, Manuel Pedro – “Medieval Music in Portugal Within its Interdisciplinary Context (1940-2010)”. in MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c.1950–2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 111-129. Sobre as raras

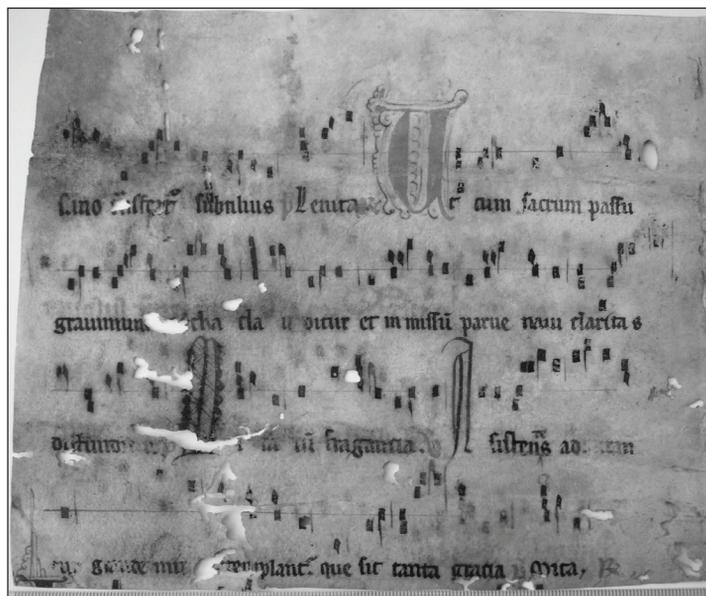


Fig. 1 – Pormenor do fragmento do Arquivo da Casa da Moeda, capa do Livro 843: fôlio A verso, contendo o responsório *Ut cum sacrum passu gravi / munus archa clauditur*. Foto do autor.

O conteúdo corresponde a um Ofício próprio do rito romano-franco, cuja estrutura musical, completamente diferente da encontrada no rito visigótico-moçárabe, se pode esquematizar como segue:

- 1<sup>as</sup> Vésperas: 5 antífonas com respectivos Salmos, hino, antífona do *Magnificat* (Cântico de Maria)
- Matinas:
  - Invitatório e hino.
  - 1<sup>o</sup> nocturno – 3 antífonas com salmos e versículo/resposta final;
  - 3 leituras seguidas, cada uma, por um responsório prolixo.
  - 2<sup>o</sup> nocturno – idem
  - 3<sup>o</sup> nocturno – idem, com *Te Deum* final
- Laudes: 5 antífonas com respectivos Salmos. Hino e antífona de *Benedictus* (Cântico de Zacarias)
- (Prima, Tércia, Sexta, Noa e Completas seguem prática quotidiana corrente, pelo que não requerem tratamento especial no seio de um ofício próprio)
- 2<sup>as</sup> Vésperas, como acima.

fontes espanholas que usam o mesmo sistema, consulte-se: NELSON, Kathleen – “Semitone Indication in a Twelfth-Century Source of Aquitanian Notation in Zamora”. in *Revista Portuguesa de Musicologia* 14–15 (2004-2005), pp. 7-24; idem – “Observations on an Early Twelfth-Century Antiphoner Fragment at Toledo”. in *Inter-American Music Review* 17/1–2 (2007), pp. 17-24. Veja-se também o Missal do século XII conservado em Salamanca: Biblioteca de la Universidad, Ms. 2637 (<http://pemdatabse.eu/source/4126>).

Recorde-se que, no rito romano-franco, um santo mártir privilegiado pela inserção no calendário litúrgico podia ser comemorado no dia apropriado meramente através da menção passageira da sua festa ou de episódios da sua vida durante a Missa ou na celebração no Ofício Divino. Este seria normalmente retirado do Comum dos Mártires, ou seja, usaria textos que serviam, mediante substituição do nome invocado, vários mártires. Na liturgia secular, este ofício podia ser curto, de 3 lições (um nocturno), ou completo, de 9 lições (3 nocturnos). Mas o cume do privilégio era o mártir ser celebrado através de um ofício próprio, ou seja, composto propositadamente para o santo em questão (podendo haver também a correspondente missa própria). Esta composição podia ter maior ou menor originalidade, mas a sua execução era sempre reservada ao dia em questão e não servia cultos concorrentes.

O dia da festa de S. Vicente, 22 de Janeiro, era provido de ofício próprio. No caso aqui em apreço, o dia da trasladação urbana do santo para a Sé, 15 de Setembro, era também celebrado com o tipo de ofício liturgicamente mais reservado e artisticamente mais original. A originalidade incluía texto poético e música, compostos por encomenda. A análise do fragmento conservado permite concluir que a composição musical do cantochão seguia em Lisboa os preceitos mais actualizados, ou seja, modernização das cadências e planeamento modal da totalidade das peças (distribuição por oito classes de estrutura melódica), de maneira a que, em cada hora do ofício, e para cada género musical, a peça inicial fosse em primeiro modo, a segunda em segundo, e assim sucessivamente até se esgotarem as possibilidades (litúrgicas ou musicais). A presença de alguns erros textuais tornam improvável tratar-se de um original; o fragmento fez parte de um livro de coro de formato médio, pelo que pode ter sido copiado para uma colegiada da cidade com base num livro pertencente à Sé.

A edição preliminar dos textos do ofício publicada em 2011, que procurou resolver alguns problemas de reconstituição, sobretudo derivados de lacunas no manuscrito, foi um marco importante, embora não tenha tido em conta nem a conjugação com a música, nem a existência dos mesmos conteúdos textuais num impresso de 1536, publicado em Lisboa com o nome enganador de *Calendário Romano*<sup>10</sup>. De facto, foi nesse ano que se deu a adopção do costume litúrgico romano pela diocese de Lisboa; mas para não se perderem as tradições ligadas à comemoração dos santos locais, foi impresso um suplemento aos livros canónicos romanos, contendo as festas lisboenses com os seus ofícios antigos.

<sup>10</sup> *Calendarium Romanum. In quo plurimi festi dies sanctorum secundum consuetudinem Olisiponsis Ecclesie adiecti sunt.* [Lisboa], 1536 (<http://purl.pt/23151>).

A tese de Isabel Rosa Dias sobre o culto e a memória textual de S. Vicente em Portugal é excepcional na literatura corrente ao mencionar este Próprio de Lisboa<sup>11</sup>. A autora, contudo, não o valorizou enquanto testemunho independente, dado que as lições do Ofício da Trasladação são retiradas, com variantes mínimas, do relato de mestre Estêvão, como pode observar-se no quadro apresentado de seguida.

Ofício: Lições	Ofício: Título adicional (aqui só <i>incipit</i> )	<i>Miracula Sancti Vincentii</i> , ed. A. Nascimento ( <i>incipit</i> ; com variantes do ofício)	<i>Miracula</i> (página e parágrafo)
Lectio 1	–	Scripture declarant reges...	92 § 1
Lectio 2	–	Cum ergo me materia superet...	92 § 3
Lectio 3	–	[At vir] / At ubi prefatus rex...	94 § 3
Lectio 4	–	nam placitam devotionis obtulit...	94 § 5
Lectio 5	Quomodo...	Veruntamen illud silentio...	96 § 2
Lectio 6	De translatione...	Veniunt igitur [ad] Ulixbonam...	96 § 4
Lectio 7	–	Et merito: credit enim ad suum...	98 § 3
Lectio 8	De miro et suavi...	Sed quanta dulcedo miri odoris...	100 § 3
Lectio 9	–	Et per omnia sermone magnifico...	102 § 1

Ora, o Ofício da Trasladação não se compõe apenas de lições narrativas, mas também de peças cantadas, cujo texto é totalmente original. A sua estruturação poética nada deve à métrica clássica, que distinguia entre sílabas latinas longas ou breves, as quais, diversamente conjugadas, formavam diferentes padrões iterativos (pés métricos); antes se recorre ao latim rítmico medieval, baseado na regularização do número de sílabas por verso e na semelhança dos sons finais (rima). Na composição de ofícios novos, esta abordagem poética era normal; dela damos aqui um exemplo:

Texto de antífona	Tipo de verso	Tradução
1. Vir beatus Munioni 2. panditur mirifice 3. trepidanti visione 4. cum favore angelice.	(1, 3) Octossilábico paroxítono, i. e. oito sílabas, acentuação grave; (2, 4) Heptassilábico proparoxítono, i. e. sete sílabas, acentuação esdrúxula*  *o verso 4 supõe sinalefa: cum fa-vo-rean-gé-li-ce	Um homem beato é a Moniz revelado miraculosamente, numa visão trepidante, por favor angélico.

Conjugando o fragmento da Casa da Moeda com o texto impresso no Próprio de Lisboa, foi possível preparar uma edição crítica das peças de canto com notação

<sup>11</sup> DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente*, cit., p. 98.

musical, recentemente publicada<sup>12</sup>. Aqui pode ver-se o seu início (texto completo e Fig. 2):

**<In primo nocturno. antiphona.**

**Vir beatus Munioni / panditur mirifice / trepidanti visione / cum fav[or]e> angelice.**

**Psalmus.** *Beatus vir. [S]e[c]u[l]o[r]u[m]a[m]e[n]*

**antiphona.**

*Intrepidus in p[ha]s[e]llo*

*certos ducit comites*

*obtinendi fervens zelo*

*portum petunt sospites.*

**Psalmus.** *Quare fre[m]uerunt. S[eculorum] amen*

**antiphona.**

*Tandem corpus exumatur*

*alt[is] fossum rupi]bus*

*quo conperto collaudatur*

*Christus in subli[mi]bus.*

**Psalmus.** *Cu[m] invoc[arem]. S[eculorum] amen*

**Versus. [Gloria] <et honore coronasti eum domine. Responsum. Et constituisti eum super opera.>**

No exemplo acima, a antífona *Vir beatus Munioni* (de que aparece no fragmento só a parte final) atribui a Moniz uma visão premonitória. É de sublinhar que as peças de canto formam uma narrativa paralela, na qual parecem conjugar-se os dados históricos de mestre Estêvão e a atribuição a um presbítero pobre de um papel central na sequência dos acontecimentos.

Estêvão, ao afastar-se totalmente do cânone hagiográfico na descrição dos eventos tumultuosos que mediaram entre o depósito das relíquias em Santa Justa e a sua tumulação na Catedral, merece crédito histórico, crédito este reforçado pela contemporaneidade da descrição e pela menção de duas figuras cuja existência está historicamente comprovada: o deão da Sé, Roberto, e o comandante militar da Estremadura, Gonçalo Viegas de Lanhoso. No entanto, se Estêvão se atém provavelmente aos factos publicamente conhecidos no seu tempo na cidade, os seus silêncios e a forma como apresenta os protagonistas é claramente tendenciosa.

<sup>12</sup> FERREIRA, Manuel Pedro – “The Lisbon Office for the Translation of St. Vincent”. in NELSON, Kathleen; GÓMEZ, Maricarmen (ed.) – *A Musicological Gift: Libro Homenaje for Jane Morlet Hardie*. Lions Bay, BC, Canada: The Institute of Mediaeval Music, 2013 [Musicological Studies, vol. CI], pp. 57-86.

fol. A<sup>r</sup>

an - ge - li - ce *Ps.* Be - a - tus vir Se - cu - lo - rum a - men



*ā.* In - tre - pi - dus in pha - sel - lo cer - tos du - cit co - mi - tes



ob - ti - nen - di fer - vens ze - lo por - tum pe - tunt sos - pi - tes.



*Ps.* Qua - re fre - mu - e - runt Se - cu - lo - rum a - men.



*ā.* Tan - dem cor - pus e - xu - ma - tur al - tis fos - sum ru - pi - bus



quo con - per - to col - lau - da - tur Chri - stus in su - bli - mi - bus.



*Ps.* Cum in - vo - ca - rem Se - cu - lo - rum, a - men

Fig. 2 – Edição do fragmento da Casa da Moeda: início (fólio A, recto).

Assim, a invenção das relíquias – passo no qual a Sé não teve qualquer papel – é reduzida ao mínimo, e os seus agentes passados por alto. Os cónegos de S. Vicente são associados à ameaça de violência popular, enquanto o deão da Sé, apesar de apoiado por homens armados, é descrito como um modelo de urbanidade e de convivência pacífica. Ao rei, cuja benevolência se pretende captar, é reservado no relato um papel indirecto mas decisivo ao prefigurar a possessão das relíquias, ao capturar e libertar os velhos moçárabes possuidores do segredo da localização do túmulo, e ao adoptar no final uma diplomacia pacificadora dos exaltados ânimos locais. Somos levados a crer que não subsistiram quaisquer ressentimentos.

Na verdade, os cónegos de S. Vicente, grandes derrotados em todo o processo, nunca tomaram a iniciativa de incluir no seu calendário litúrgico a comemoração da Trasladação de S. Vicente para a Sé<sup>13</sup>. O facto de algumas relíquias lhes terem sido entregues no final foi suficiente, porém, para que pelo menos um capitel do claustro, nas suas quatro faces, tivesse sido dedicado a historiar o evento:

“Temos toda esta historia entalhada nas colunas da claustra velha de S. Vicente de fora, que em *tempo del rey D. Affõso Henriques se laurarão. Ally se vé a frota, que deste porto sahio em busca do precioso tesouro, outros que cauão a terra pello achar, outros que achado o levão as naos, & cõ festa de toda a armada, dão à vela, entram pello porto de Lisboa, alegres, & contentes, vesse a procissam, que de S. Iusta a sé se ordenou, quãdo ally a primeira vez forõ collocadas as suas reliquias*”<sup>14</sup>.

O escultor parece ter-se concentrado na *Inventio*, transformando a procura secreta do túmulo vicentino numa grande expedição marítima; na verdade o programa iconográfico funde duas narrativas, a da invenção/trasladação original e a da procura adicional de relíquias (planeada pelo rei), apagando nesse processo qualquer memória de uma iniciativa popular independente. Isto corresponde à história recolhida no século XVI pelos cónegos agostinhos, a partir de fontes mais antigas:

“e avendo treguas *entre os mouros que ficavão e o dito rei, e achandose mais algũs varões em Lisboa da companhia dos musárabes que andarão naquellas partes, varões sanctos e tementes a Deos, dous delles, movidos com devaçao pello divino spirito, se offerecerão a continuar esta empresa, os quaes escolheo*

<sup>13</sup> Cf. CEPEDA, Isabel V. – *Dois manuscritos litúrgicos de S. Vicente de Fora de Lisboa*, Lisboa: Didaskalia, 1990 (separata de *Didaskalia*, vol. XV [1985], pp. 161-228).

<sup>14</sup> CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia ecclesiastica*, cit., f. 93r.

o devotissimo rei e mandou cõ elles outra gente cõ todo o provimento de naos e navios e cousas necessarias pera irem buscar aquellas santas reliquias”<sup>15</sup>.

Assim, ao mesmo tempo que a gravavam em pedra, os cónegos de S. Vicente fixavam uma narrativa tão ou mais tendenciosa que a do cabido, narrativa essa na qual uma grande expedição marítima de iniciativa real teria trazido simultaneamente relíquias para a Sé e para o seu mosteiro. Neste relato, o único protagonista reconhecido é D. Afonso Henriques. Isto mesmo é sumariamente ecoado, por duas vezes, no *Livro das Lembranças* de Santa Cruz de Coimbra (século XV), cenóbio intimamente ligado a São Vicente de Fora e que, abrigando o túmulo do fundador da dinastia, estava obrigado a cultivar a sua memória:

“Este mujto nobre Rey foy o que primeiramente tomou a muj leall çidade de Lixboa aos mouros [...] E trouxe o corpo de Sam Viçemte do Reino do Algarue que entom era de mouros a çidade de Lixbo<a>. E fez hi huum moesteiro a onrra de Sam Viçemte marter”<sup>16</sup>.

Na realidade, o rei foi apanhado de surpresa e posto perante um facto consumado; a procura de relíquias adicionais para o mosteiro de S. Vicente foi uma forma de compensar a sua aceitação da trasladação urbana, da qual o rei poderia retirar vantagens, quer no plano nacional (prestígio e aliança com o cabido da Sé), quer no internacional (o seu estatuto de monarca independente carecia ainda de reconhecimento papal).

Se os cónegos regulares omitiram e distorceram os factos para que eles se tornassem menos incómodos, já o relato contido nas peças de canto permite, até certo ponto, reequilibrar o panorama traçado por Estêvão. Há vários pontos comuns com a narrativa da Flandres (importância concedida à invenção das relíquias, visão premonitória de presbítero, colocação do milagre odorífero e da primeira referência aos corvos), mas o principal é que Moniz, ao ser cantado, é promovido a inspirador e agente da invenção das relíquias e, seguidamente, a negociador astuto:

<sup>15</sup> *Historia da tresladaçam do corpo do bem aventurado martir Sam Vicente*, MS AN/TT, Ms. da Livraria 1780, ff. 22–27; transcrito em DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente*, cit., p. 200.

<sup>16</sup> CRUZ, António – *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da idade Média*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, [Bibliotheca Portucalensis, vols. V-VI (1963-1964)], 1964, p. 317 (*Arenga que fezerom em Lixbo<a>*). Na *estorea dos reis de Purtugall*, à p. 371, lê-se: “E este Rey filhou Lixboa a mouros E adusse o corpo de Sam Vicente martir E fez hi huum Mosteiro muy Rico aa sua custa. Ou chamom Sam Vicente de Fora”.

- 1ª antífona: Moniz tem revelação angélica;
- 2ª antífona: planeamento / liderança da expedição (referência a Moniz implícita);
- 4º responsório: com as relíquias em Santa Justa, Moniz, tendo atingido o objectivo, chega aos píncaros do seu poder;
- 7ª antífona: O deão da Catedral, apoiado pelo Cabido, aborda Moniz com toda a diplomacia.

Que a referência a uma negociação não é mera efabulação, prova-o o facto de quatro fontes independentes tardias coincidirem em falar da promoção a cónego do reitor de Santa Justa<sup>17</sup>. A mais antiga, que é a crónica do arcediogo Fernando, concede adicionalmente ao presbítero a qualidade de guardião das relíquias na Sé; as outras falam ainda de uma prebenda perpétua atribuída à paróquia, que certamente satisfiz os seus fregueses. Temos todas as razões para crer que a conezia, com a sua prebenda, foi a moeda de troca acordada entre Moniz e Roberto; uma moeda de troca certamente mal aceite pelo círculo de mestre Estêvão, que decidiu silenciá-la no relato oficial dos eventos.

Moniz era um presbítero pobre, e talvez pouco cultivado. Os cónegos talvez o tenham visto como um arrivista, cujos dotes não iriam além de uma frutífera esperteza saloia. A origem social pode ter igualmente pesado na tentativa de minorizar o papel por ele desempenhado. Os presbíteros da época tinham os seus fregueses, dos quais dependiam; a proximidade social era importante. Foi já sugerido que os fregueses da paróquia das Santas Justa e Rufina eram antigos moçarabes; e mais, que pretendiam ver reconhecida a particularidade do seu culto<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Bruxelles, Bibliothèque royale de Belgique, cod. II. 981, f. 103v (narrativa flamenga): “Presbiter autem uenerabilis quem Deus huius translationis ministrum ordinauerat, quique iniunctum sibi requirendi martiris negotium impigre et constanter exsecutus fuerat, a ciuibus magnifice diligebatur et honorabatur. Ab episcopo uero et clero in eadem ecclesia, ubi sanctum martirem reposuerant, est promotus canonicus et custos sacri corporis constitutus”. Lisboa, ANTT, Ms. da Livraria 1780, f. 25: “O muito devoto e prudente varão Ruberto, adaiam da igreja cathedral, falando secretamente com o reitor daquela igreja de Santa Justa, onde stava conservado o precioso corpo do glorioso martir Sam Vicente, contentando sabiamente elle com o cabido, o criarão em conego da Sé, e que assi ficasse, como se guarda ainda oje em dia, scilicet, que o prior de Santa Justa tenha e aja hũa prebenda e conesia na Sé”. Lisboa, BNP, Alc. 116, f. 215 (por Fr. Bento de S. Bernardo, século XVII): “O daiam da See, chamado Roberto, que era varam prudente, acabou co prior de S. Justa (a quem por esta causa elegerão em conego, ordenando que dali em diante sempre os priores de S. Justa tivessem prebenda na See) que deixasse levar o santo corpo pera a See.” Transcrições de DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente*, cit., pp. 212, 201, 206. CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal*, cit., pp. 307-322 [308], confirma que a prebenda era inicialmente perpétua mas informa-nos de que na verdade durou pouco mais de 180 anos, com nefastas consequências: de acordo com uma lenda local, todos os cónegos que a herdaram depois de ela ter sido tirada a Santa Justa morreram pouco tempo depois – sinal inequívoco de maldição.

<sup>18</sup> MATOS, José Luís de – “Lisboa islâmica”. in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 79-87 [86], seguido por PICOITO, Pedro – “A trasladação de S. Vicente: consenso e conflito na Lisboa do século XII”. in *Medievalista* 4 (2008), www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista.

Há vários argumentos, abaixo listados, a favor da hipótese de uma população de origem moçárabe nas imediações da igreja de Santa Justa e Santa Rufina<sup>19</sup>:

- as padroeiras são de origem e tradição hispânica;
- a invenção das relíquias pressupõe apropriação de conhecimento moçárabe sobre o Cabo de S. Vicente (lenda e trajecto marítimo);
- pode presumir-se uma presença moçárabe nas imediações da cidade;
- a igreja era a mais próxima do antigo cemitério moçárabe de Lisboa;
- a igreja era a mais próxima da Mouraria.

É, contudo, muito improvável que houvesse alguma possibilidade real ou vantagem social de manter, em 1173, uma identidade religiosa separada, especialmente numa cidade dominada por um Cabido em que pontuava ainda a maioria anglo-normanda nomeada por Gilbert Hastings depois da Reconquista. Uma hipótese mais viável, e compatível com fregueses de origem moçárabe, é a de que a freguesia de Santas Justa e Rufina servia os oleiros cristãos, implantados nas cercanias desde antes da Reconquista. Podem aduzir-se os seguintes argumentos a favor desta hipótese:

- As Santas Justa e Rufina são padroeiras tradicionais dos oleiros.
- Há riqueza de argilas ao longo da encosta oeste do castelo, continuando pelo vale de Arroios até Alvalade (argilas do Forno do Tijolo); estas argilas estão ausentes do entorno leste do castelo<sup>20</sup>.
- Há fornos de oleiros de época muçulmana nas proximidades<sup>21</sup>.
- Há concentração de oleiros muçulmanos e cristãos, documentada desde o século XV, na freguesia<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Bibliografia alusiva: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago – *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 96-99; REAL, Manuel Luís – “Os moçárabes do Gharb português”. in TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (coord.) – *Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo* [catálogo da exposição]. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 35-56; SIDARUS, Adel; REI, António – “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”. in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 37-72; TORRES, Cláudio – “Lisboa muçulmana: um espaço urbano e o seu território”. in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 73-77; PICARD, Christophe – “Les Mozarabes de Lisbonne: Le problème de l’assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l’exemple de Lisbonne”. in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 89-94; FERNANDES, Paulo Almeida – “Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico”. in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval: Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 71-83; idem – “Hoc templum aedificavit rex Portugalliae Alphonsus I: o mosteiro medieval”. in SALDANHA, Sandra C. (coord.) – *Mosteiro de São Vicente de Fora – Arte e História*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado, 2010, pp. 77-107.

<sup>20</sup> *Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 2010.

<sup>21</sup> BUGALHÃO, Jacinta – “Lisboa islâmica: uma cidade em construção”. in *Xelb. Revista de arqueologia, arte, etnologia e história* 9 (2009), pp. 379-393.

<sup>22</sup> SEBASTIAN, Luís – *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2010, pp. 91-113.

– Havendo continuidade manufactureira pré e pós-conquista, é plausível que o núcleo profissional de oleiros tivesse origem moçárabe.

Os fregueses de Santa Justa, através da negociação das relíquias, não conseguiram somente uma maior visibilidade social; a prebenda associada à conezia permitiu a Moniz e aos seus sucessores, durante perto de 180 anos, compensar a pobreza dos rendimentos da igreja, e a médio prazo, até sustentar uma colegiada<sup>23</sup>. Pode ainda suspeitar-se de que o protagonismo de Moniz em Lisboa tenha reforçado decisivamente a influência nacional dos oleiros, que conseguiram ser isentados de impostos municipais no foral urbano promulgado por D. Afonso Henriques seis anos depois, em 1179<sup>24</sup>. Contudo, por muito poder que tenha ganho, Santa Justa nada tem que ver com a origem do Ofício da Trasladação.

O Ofício da Trasladação, destinado a um corpo experimentado de clérigos, é um evento de alto nível cultural e cultural. O culto popular do santo é-lhe completamente estranho. Aos fiéis em geral, era indiferente que houvesse um ofício de três lições retirado do Comum dos Mártires, ou um de nove lições, ou um ofício próprio. O número de lições afectava somente a actividade nocturna do coro; e os cânticos, para os não-entendidos, soavam vagamente ao mesmo. Por isso, é inútil tentar relacionar o Ofício próprio com tentativas de promoção do culto popular a S. Vicente<sup>25</sup>.

Também a data inicialmente atribuída ao Ofício, meados do século XIII, pode e deve ser contestada, por se basear apenas no conservadorismo da grafia. A escrita gótica e a inicial decorada são compatíveis com os séculos XIII-XIV. Ora, a grafia dos livros de coro é frequentemente conservadora relativamente à escrita encontrada em outros livros; e um mesmo fólio pode até ter duas grafias aparentemente de épocas diferentes, porque as convenções que governavam a escrita de texto corrido e a escrita de texto musicado nem sempre coincidiam.

Outros factores apontam, pelo contrário, para o século XIV: a verticalidade das iniciais simples, a dimensão avantajada das notas, a distância generosa entre

<sup>23</sup> Documento citado por CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia ecclesiastica*, cit., f. 100v; comentado por SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. Lisboa, 1668, p. 252. Veja-se também CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal*, cit., p. 308. Mário Farelo providenciou gentilmente, em comunicação pessoal, informação adicional sobre as colegiadas de Lisboa, cujos documentos só se conservam, muito parcialmente, a partir de meados do século XIII.

<sup>24</sup> O foral de Lisboa de 1179 tem uma redacção comum aos de Santarém e Coimbra, da mesma data. Tem-se argumentado que o texto original foi composto para Santarém ou para Coimbra, e.g. AZEVEDO, Ruy Pinto de – “O foral de Santarém, de Maio de 1179, padrão dos forais de Lisboa e Coimbra, da mesma data”. in *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo*, n.º especial de *Bracara Augusta* 14-15 (1963), Tomo I, pp. 67-73. Edição comparativa: SOARES, Lina Maria Marques – *Foral antigo de Santarém: edição crítica e estudo*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

<sup>25</sup> NASCIMENTO; Aires A. – *S. Vicente de Lisboa*, cit., 74, sugere uma relação com o Sínodo diocesano de 1240.

as linhas de referência e a compressão lateral da escrita no hino não musicado. As características conservadoras da grafia encontram-se também no *Liber catenatus* de Coimbra, que contém um Ofício comemorativo da vitória do Salado (1340); há outros documentos datáveis do século XIV com características similares<sup>26</sup>.

No século XIV, há um contexto propício e, como veremos, provável, para a elevação hierárquica do culto a S. Vicente na Sé Catedral. Trata-se da campanha de obras promovida por D. Afonso IV na cabeceira, que a transformou completamente, tendo como epicentro o túmulo de S. Vicente por detrás do altar-mor (Fig. 3). Nessa mesma ocasião, o rei, contrariando a tradição da casa real até D. Dinis, planeou fazer-se sepultar com a rainha em Lisboa junto ao túmulo do mártir. A arca tumular do rei tinha inclusive nas suas faces, como nos informam descrições de antes do terramoto de 1755, cenas do martírio de S. Vicente<sup>27</sup>.

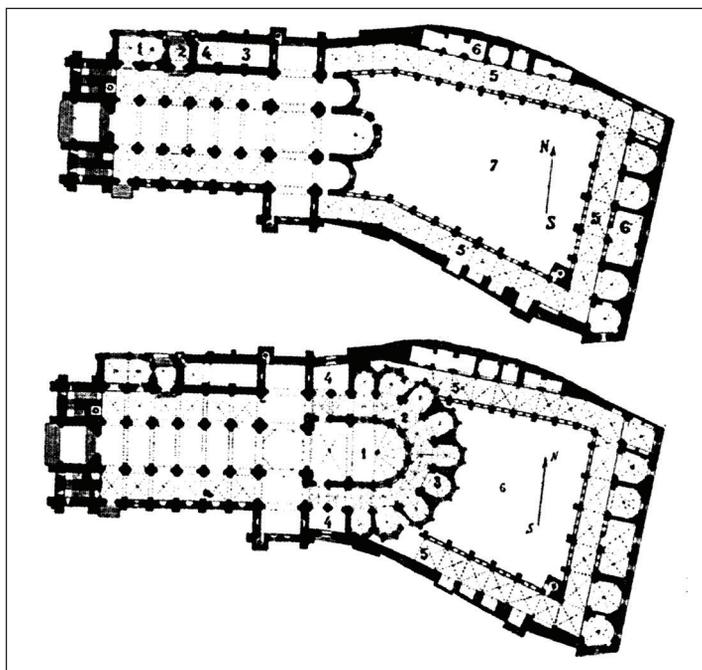


Fig. 3 – Plantas da Sé de Lisboa, no final dos reinados de D. Dinis (1325) e de D. Afonso IV (1357), segundo o Arq.º António do Couto.

<sup>26</sup> Para uma descrição e argumentação paleográfica detalhada, veja-se FERREIRA, Manuel Pedro – “The Lisbon Office”, cit.

<sup>27</sup> CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia ecclesiastica*, cit., 97; FAGUNDES, João – “A Sé”. in MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 115-128; SUCENA, Eduardo – *A Sé Patriarcal de Lisboa. História e Património*. Lisboa: Sete Caminhos, 2004, pp. 26-28 e Lâmina 19; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, pp. 244-264; FERNANDES, Carla Varela – “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa: a escolha de um lugar de memória”. in *Arqueologia & História* 58/59 (2006/2007), pp. 143-166; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La catedral, el santo e el rey”, cit.

A clara associação do rei a S. Vicente implicava logicamente que a liturgia vicentina atingisse o nível máximo de elaboração poético-musical, pois todo o bem acrescentado ao santo mártir seria repercutido em protecção aos seus benfeitores.

Se este era, portanto, o momento ideal para a composição de um ofício próprio, o próprio texto do ofício, nas peças de canto, revela que ele dificilmente poderia ter existido antes de D. Afonso IV. Trata-se da menção a S. Vicente como padroeiro de Portugal na antífona de *Magnificat* para as primeiras Vésperas, pretensão esta que aparece ainda ecoada na antífonas de *Benedictus* e de *Magnificat* das segundas Vésperas. Só um rei poderia ter permitido aos cónegos de Lisboa veicular a pretensão de abrigar as relíquias de um patrono de Portugal. De facto, apesar de associado à primeira dinastia a partir de 1173, S. Vicente era normalmente reconhecido como padroeiro de Lisboa, e nenhum rei, até D. Dinis inclusive, privilegiou particularmente a sua invocação. A excepção foi D. Afonso IV: para além de planear ser sepultado, contrariamente à tradição anterior e posterior, sob a protecção de S. Vicente, invocou-o juntamente com Santiago e S. Jorge na batalha do Salado; uma trombeta então capturada ao inimigo muçulmano foi conservada na capela-mor da Sé como símbolo da vitória cristã e recordação do favor do santo<sup>28</sup>.

Depois do pobre e ignorado presbítero Moniz, artífice da Invenção de S. Vicente, encontrámos assim o segundo grande protagonista deste ofício, o mentor da sua composição literário-musical, guerreiro vitorioso e devoto reconhecido: nada menos do que um rei de Portugal.

<sup>28</sup> DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente*, pp. 165-166. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*, cit., pp. 261-262. A presença da trombeta suscita várias leituras, e pode relacionar-se com um responsório breve para a hora sexta no Ofício *Victoria Christianorum* comemorativo da batalha do Salado (30 Out.), baseado no salmo 98:7 – *in tubis ductilibus et voce tubae corneae iubilate in conspectu regis*.